

**HABEAS CORPUS Nº 539.916 - PI (2019/0310570-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**IMPETRANTE** : HENRIQUE VASCONCELOS DE SOUSA  
**ADVOGADO** : HENRIQUE VASCONCELOS DE SOUSA - PI010809  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ  
**PACIENTE** : W P L  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em favor de W P L, em face de suposto ato coator praticado pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Piauí**.

Depreende-se dos autos que o paciente encontra-se preso preventivamente, desde 22/03/2018, tendo sido processado e condenado, conforme sentença prolatada, em 24/05/2019, à pena de **12 (doze) anos de reclusão**, em regime inicial fechado, por ter incorrido na prática do delito tipificado no art. 217-A, do Código Penal.

**Inconformada** com a r. decisão, a defesa interpôs o recurso de apelação, em 24/06/2019, ainda não julgado.

Daí o presente **writ**, no qual sustenta o impetrante a ocorrência de excesso de prazo no julgamento do recurso de apelação.

Argumenta que "*O paciente encontra-se PRESO CAUTELARMENTE HÁ 572 DIAS (contando), sob a fundamentação de garantia da ordem pública*" (fl. 3).

Alega que "*[...]passados mais de 90 dias da apresentação do recurso em comento, até a presente data os autos sequer foram distribuídos no juízo ad quem*" (fl. 4).

Aduz que: "*No dia 31 de outubro de 2018, ou seja, mais de um mês após a conclusão do feito para sentença, com as alegações finais já apresentadas, ao invés de julgar o mérito, o MM Juiz de piso DETERMINOU,*

*DE OFÍCIO, PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL, por entender ser NECESSÁRIA A REALIZAÇÃO DE PERÍCIA a fim de se comprovar a AUTORIA dos fatos delitivos; (a diligência consistia em comparação do material colhido na cavidade vaginal da vítima com o material biológico do denunciado). A defesa, de imediato, concordou com a realização da perícia" (fl. 5).*

*Assevera que: "No édito condenatório o MM Juiz de piso manteve a prisão preventiva, motivando sua decisão com base na garantia da ordem pública, justificando a gravidade do crime e possíveis ameaças feitas pelo paciente (custodiado) dirigidas a vítima e sua família, todavia, não aponta que ameaças são essas, quando foram feitas e de que forma" (fl. 5).*

*Reverbera que: "O Magistrado, além da gravidade do crime, motivou a decisão de manutenção da prisão com base em ameaças que teriam sido proferidas pelo réu em relação a vítima e sua família. As ameaças, porém, não justificam a manutenção do cárcere preventivo uma vez que, além de inverídicas, teriam sido proferidas em outro cenário, antes mesmo do início da perseguição penal, não configurando, neste momento, elemento apto a ensejar receio de ofensa a garantia a pública" (fl. 7).*

*Requer, ao final, a concessão da ordem para que seja revogada ou relaxada a prisão preventiva e, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares alternativas, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.*

*O pedido liminar foi indeferido às fls. 35-36.*

*As informações foram prestadas às fls. 42-50.*

*O d. Ministério Público Federal manifestou, às fls. 64-70, pela denegação da ordem, em parecer assim ementado:*

*"HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA. JULGAMENTO DA APELAÇÃO. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO DA PRISÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. PERICULOSIDADE CONCRETA DO AGENTE. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER PELO CONHECIMENTO PARCIAL DO WRIT E, NA PARTE CONHECIDA, PELA DENEGAÇÃO, COM RECOMENDAÇÃO AO TRIBUNAL DE*

*ORIGEM"* (fl. 64).

É o relatório.

**Decido.**

Pretende o Paciente a revogação da prisão preventiva, sustentando que ocorre, na espécie, excesso de prazo para o julgamento da apelação, bem como que não existe fundamentação concreta para manutenção de sua segregação cautelar, aduzindo que, no caso, mostra-se proporcional a imposição de outras medidas alternativas em substituição à prisão.

Inicialmente, no que tange à alegação da Defesa acerca da ausência de fundamentos idôneos para o encarceramento do paciente, bem como ao pleito de imposição de medidas cautelares diversas da prisão, verifica-se que não há nos autos decisão da eg. Corte de origem contemplando tais matérias. Assim, se o eg. Tribunal **a quo** sequer se manifestou acerca da **questão**, fica esta Corte Superior impedida de proceder à tal análise, sob pena de incorrer em indevida **supressão de instância**.

Com efeito, as instâncias ordinárias devem conhecer inicialmente da controvérsia para, somente após, ser inaugurada a competência deste eg. Superior Tribunal de Justiça, o que inviabiliza o conhecimento da impetração, neste particular.

Destaco, sobre o tema, os seguintes julgados:

*"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO DOMICILIAR. IMPOSSIBILIDADE. SITUAÇÃO EXCEPCIONALÍSSIMA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

*1. O Superior Tribunal de Justiça, seguindo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, passou a não admitir o conhecimento de habeas corpus substitutivo de recurso próprio . No entanto, deve-se analisar o pedido formulado na inicial, tendo em vista a possibilidade de se conceder a ordem de ofício, em razão da existência de eventual coação ilegal.*

2. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico, e a medida deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art.93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.

3. ***Acerca da alegação da ausência dos requisitos da prisão preventiva, não há como prosseguir a irresignação, pois o pleito de revogação da prisão preventiva não foi avaliado pelo Tribunal estadual na decisão apontada como ato coator (HC n. 0802993-62.2018.8.15.0000), o que impede a análise direta por esta Corte, por configurar indevida supressão de instância.***

4. A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial (art. 317 do Código de Processo Penal).

5. Não será deferida a prisão domiciliar, mesmo diante do preenchimento dos requisitos objetivos, nas seguintes hipóteses: "(...) os casos de crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelos juízes que denegarem o benefício".

6. *In casu*, conforme consta, os ilícitos imputados à paciente eram praticados de dentro da residência da paciente, onde morava com seus filhos, expondo diretamente as crianças aos deletérios da prática ilícita, configurando, dessa forma, situação excepcionalíssima apta a impedir a substituição da prisão preventiva por domiciliar. *Precedentes.*

7. Inexiste, portanto, constrangimento ilegal a ser reparado, de ofício, por este Superior Tribunal de Justiça.

8. *Habeas corpus não conhecido.*" (HC 464.859/PB, **Quinta turma**, Rel. Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe 19/12/2018-grifei).

***"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA. TESE DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. SUPRESSÃO***

DE INSTÂNCIA. REQUISITOS DA PRISÃO CAUTELAR. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AMEAÇA À VÍTIMA E A SUA GENITORA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DOS REQUISITOS. ORDEM DE HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA.

*1. A tese de excesso de prazo na formação da culpa não foi objeto de apreciação pelo Tribunal de origem, o que impossibilita a sua análise diretamente por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.*

*2. A prisão preventiva foi devidamente fundamentada, nos exatos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, destacando-se a necessidade da custódia para garantia da ordem pública, em razão da gravidade concreta do delito. No caso, segundo consta dos autos, o Paciente, com habitualidade delitiva, teria estuprado sua filha, no ambiente familiar. Precedentes.*

*3. A prisão cautelar ainda está fundamentada para assegurar a conveniência da instrução criminal, tendo sido ressaltado que o Acusado estaria ameaçando a vítima e sua genitora, com o escopo de garantir a sua impunidade. Precedentes.*

*4. Esta Corte Superior assentou o entendimento de que, excepcionalmente, pode-se conceder ao preso provisório o benefício da prisão domiciliar quando demonstrado que o recluso é portador de doença grave, bem como a impossibilidade de se prestar a devida assistência médica no estabelecimento penal em que se encontra recolhido.*

*5. Na hipótese, salientou a Corte de origem que não há elementos nos autos aptos a comprovar a extrema debilidade do Réu por motivo de doença grave e a impossibilidade de receber tratamento adequado no estabelecimento prisional.*

*6. Habeas corpus conhecido em parte e, nessa extensão, denegada a ordem." (HC 476.271/PA, Sexta turma, Rel. Ministra Laurita Vaz, DJe 01/02/2019-grifei.)*

No que pertine ao reconhecimento do **excesso de prazo** no julgamento do Recurso de Apelação interposto pela defesa, em **24/06/2019**, contra sentença prolatada, em 24/05/2019, que condenou o paciente à pena de 12 (doze) anos de reclusão em regime inicial fechado, verifico que, em que pese os

argumentos elencados pela Defesa, não ocorre o constrangimento ilegal suscitado decorrente de excesso de prazo exacerbado na apreciação do apelo, mormente considerando-se as peculiaridades da causa, que envolve a apuração de delito de gravidade acentuada que culminou, em primeira instância, em reprimenda de 12 anos de reclusão no regime fechado.

**Com efeito**, transcrevo as informações prestadas pela justiça ordinária, **in verbis**:

*"1) em 20/03/2018, foi distribuído Auto de Prisão em Flagrante de [...] na Vara Única da Comarca de Cristino Castro-PI, tendo sido homologado o flagrante e decretada a prisão preventiva do impetrante pelo MM. Juiz de Direito e 22/03/2018;*

*2) o Inquérito Policial foi concluído e recebido na Secretaria desta Vara Única em 03/04/2018, tendo sido remetido ao Ministério Público na mesma data;*

*3) em 05/04/2018 o representante do Ministério Público ofereceu denúncia em face de [...] imputando-o os crimes previstos no art. 217-A do Código Penal e arts. 306 e 309 do Código de Trânsito Brasileiro, em concurso material;*

*4) o MM. Juiz de Direito desta Comarca recebeu a denúncia e determinou a citação do réu em 08/04/2018, tendo sido expedida Carta Precatória para o cumprimento da decisão em 09/04/2018;*

*5) a citação pessoal do réu ocorreu em 13/04/2018 e Carta Precatória de Citação foi juntada aos autos em 16/04/2018;*

*6) em 24/04/2018, o réu apresentou resposta à acusação através de advogado particular;*

*7) na data de 25/05/2018 foi proferido Despacho que manteve o recebimento da denúncia e designou audiência de instrução para o dia 25/07/2018;*

*8) expedidas as intimações necessárias, em 25/07/2018 foi realizada audiência de instrução, tendo sido colhidos os depoimentos da vítima, das testemunhas de acusação e defesa e de informante, tendo a audiência sido redesignada para o dia 01/08/2018 para oitiva de testemunha e interrogatório do réu;*

*9) no dia 01/08/2018, foi colhido o depoimento de testemunha e realizado o interrogatório do acusado;*

*10) no dia 24/08/2018, foi juntada aos autos Carta Precatória com os depoimentos gravados das testemunhas ouvidas perante o juízo da Vara Única da Comarca de Bom Jesus-PI;*

*11) o réu, através de seu advogado, protocolou alegações finais em 19/09/2018 e o Ministério Público em 26/09/2018;*

*11) em 30/10/2018 houve Despacho determinando a expedição*

*de ofício ao Hospital Regional de Bom Jesus-PI, na pessoa dos médicos Flávio Pinheiro e Elvas Barjud Filho a fim de que informem sobre a viabilidade da realização de exame pericial comparativo do material biológico coletado na vítima com o material biológico do Réu.*

*12) o réu peticionou nos autos, através de seu advogado, concordando com a realização de exame pericial comparativo de seu material genético com o da vítima em 05/11/2018;*

*13) em 01/02/2019, foi proferida decisão deste juízo que manteve a prisão preventiva do réu W P L e determinou a expedição de ofício ao Hospital Regional de Bom Jesus-PI, na pessoa dos médicos Flávio Pinheiro e Elvas Barjud Filho, para que respondessem aos ofícios expedidos anteriormente, no prazo impreritável de 05 (cinco) dias, sob pena de responsabilização criminal;*

*14) diante da inércia dos médicos em responder aos ofícios expedidos, em 28 de fevereiro de 2019, foi proferido despacho determinando a intimação pessoal desses para que respondessem aos ofícios expedidos anteriormente, no prazo impreritável de 05 (cinco) dias, sob pena de responsabilização criminal, tendo sido expedidas Cartas Precatórias para o cumprimento do despacho em 13/03/2019;*

*15) em 06/05/2019, o MM. Juiz de Direito desta Comarca proferiu despacho determinando a solicitação, com urgência, de informações ao juízo deprecado sobre o cumprimento da carta precatória expedida, salientando a condição de réu preso.*

*16) o réu, através de seu advogado, em 23/05/2019, reiterou as alegações finais anteriormente apresentadas e pediu a revogação da prisão preventiva;*

*17) em 24/05/2019, foi proferida sentença nos autos absolvendo o réu [...] dos delitos previstos nos artigos 306 e 309 do Código de Trânsito Brasileiro e o condenando a 12(doze) anos de reclusão em regime inicial inicial fechado pelo crime previsto no art. 217-A, caput do Código Penal, tendo sido mantida a sua prisão preventiva;*

*18) intimado da sentença, o réu opôs embargos de declaração, através de novo advogado, em 06/06/2019, aos quais o Ministério Público apresentou suas contrarrazões em 11/06/2019;*

*19) sentença que julgou improcedentes os embargos opostos pelo réu proferida em 13/06/2019;*

*20) em 17/06/2019, o MM. Juiz de Direito desta Comarca prestou informações nos autos do Habeas corpus nº 0709101-81.2019.8.18.0000 que tinha como paciente [...], em atenção à Ofício encaminhado pelo Excelentíssimo Desembargador Relator, Dr. Pedro de Alcântara Macêdo;*

*21) em 24/06/2019, o réu interpôs recurso de Apelação, através de seu advogado, tendo apresentado razões recursais em 02/07/2019;*

*22) o Ministério Público apresentou contrarrazões recursais em 10/07/2019;*

23) *Despacho determinando a remessa dos autos com o recurso de apelação interposto e suas contrarrazões ao Egrégio Tribunal de Justiça do Piauí proferido em 11/07/2019.*

24) *em 17/07/2019 foi realizada a baixa dos autos no sistema Themis Web e encaminhados ao Tribunal de Justiça para processamento e julgamento do recurso, não tendo, ainda, retornado a este juízo" (fls. 45-46).*

Dessa forma, não há se falar em excesso de prazo no julgamento do recurso em tela, uma vez que a tramitação processual ocorre dentro da razoabilidade de tempo esperada tendo em vista as peculiaridades do caso em concreto.

Sobre o tema colaciono os seguintes precedentes desta Corte Superior:

**"PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADE. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. TRANSNACIONALIDADE. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA NÃO ANALISADA PELO TRIBUNAL A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. REINCENTE ESPECÍFICO. EXCESSO DE PRAZO. FEITO COMPLEXO. PLURALIDADE DE RÉUS. DEMORA JUSTIFICADA. ORDEM NÃO CONHECIDA. RECOMENDAÇÃO DE CELERIDADE.**

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

[...]

10. A Suprema Corte tem entendimento pacificado no sentido de que "não há lógica em permitir que o réu, preso preventivamente durante toda a instrução criminal, aguarde em liberdade o trânsito em julgado da causa, se mantidos os motivos da segregação cautelar" (STF, HC 89.824/MS, Rel. Min. AYRES BRITTO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 28/08/2008).

**11. Não há que se falar em constrangimento ilegal devido a excesso de prazo no julgamento da apelação por descaso injustificado do Juízo em virtude de se tratar de feito**



*complexo com multiplicidade de envolvidos, 18 (dezoito) réus, com patronos distintos, cuja sentença condenatória conta com mais de duzentas laudas.*

*12. Ordem não conhecida. Recomendação de imprimir maior celeridade no julgamento da apelação" (HC n. 338.293/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Ribeiro Dantas, DJe de 27/4/201, grifei).*

**"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. PRISÃO CAUTELAR MANTIDA NA SENTENÇA CONDENATÓRIA. REQUISITOS. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. TEMA NÃO APRECIADO. EXCESSO DE PRAZO JULGAMENTO DA APELAÇÃO. DELONGA NÃO EVIDENCIADA A PONTO DE ENSEJAR EVENTUAL CONSTRANGIMENTO ILEGAL.**

*1. Em face do obstáculo da supressão de instância, não é possível o exame, por esta Corte, de discussão que não foi suscitada perante o Tribunal de origem, qual seja, o tema relativo à prisão cautelar mantida na sentença penal condenatória.*

*2. Não há o alegado constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo no julgamento da apelação, porquanto o Tribunal de origem tem envidado esforços para submeter à apreciação do órgão julgador, em tempo razoável, o apelo defensivo.*

*3. Assim, o procedimento efetivamente transcorre com efetiva atuação da autoridade judiciária na condução processual, não se podendo atribuir, pois, a delonga ao aparato estatal, máxime porque o recurso está em vias de ser pautado.*

*4. Ordem denegada" (HC n. 349.143/BA, Sexta Turma, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 19/4/2016).*

Outrossim, considerando a pena total a que foi condenado o paciente, **12 (doze) de reclusão em regime fechado**, não verifico flagrante excesso de prazo para o julgamento do recurso, pois não demonstrado que, em razão de eventual demora para a apreciação da apelação, o paciente se encontra impedido de usufruir de benefícios relativos à execução da pena.

Sobre o tema colaciono o seguinte precedente desta Corte Superior:

**"HABEAS CORPUS. LATROCÍNIO. RÉU**

**CONDENADO A 25 ANOS E 8 MESES DE RECLUSÃO. EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DE APELAÇÃO. INOCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. HABEAS CORPUS DENEGADO.**

**1. O excesso de prazo para o julgamento da apelação não pode ser medido apenas em razão do tempo decorrido para o julgamento do recurso, devendo ser apreciado, também, a partir do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, tendo em vista a complexidade da causa em julgamento, bem como a pena imposta na sentença condenatória.**

2. De acordo com as informações prestadas pelo Tribunal de Justiça, o recurso foi registrado em 12/7/2016, distribuído ao Relator em 14/7/2016. Aberto prazo à defesa para apresentação das razões recursais, os autos retornaram ao Tribunal em 9/9/2016. Noticiou, ainda, que encaminhados os autos à procuradoria para parecer, os mesmos foram devolvidos àquela Corte em 13/10/2016. Na sequência, baixados os autos em diligência em 4/11/2016, o recurso foi concluso para à Relatora para julgamento em 15/9/2017. Nesse contexto, considerando os trâmites necessários, a complexidade do feito, com a necessidade de diligências, não se visualiza desídia que possa ser atribuída ao Tribunal, que justifique o relaxamento da prisão por excesso de prazo.

3. Outrossim, considerando a pena total a que foi condenado o paciente - 25 anos e 8 meses de reclusão -, não verifico flagrante excesso de prazo para o julgamento do recurso, pois não demonstrado que, em razão de eventual demora para a apreciação da apelação, o paciente se encontra impedido de usufruir de benefícios relativos à execução da pena, que já foi iniciada, tendo sido expedida a competente guia de execução provisória. Por fim, conforme consulta realizada ao andamento processual, no endereço eletrônico do Tribunal de origem, verifica-se que a apelação n. 0152159-10.2008.8.13.0680 foi incluída na pauta de julgamento do dia 5/12/2017.

4. **Habeas corpus denegado"** (HC 414.264/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 1º/12/2017-grifei).

**Ante o exposto, denego a ordem. Expeça-se, contudo, recomendação ao eg. Tribunal de origem para que imprima a maior celeridade possível no julgamento do recurso de apelação.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator